



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010722-71.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Celso Nunes**  
 Requerido: **Valor Consultoria Imobiliária Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Celso Nunes propôs a presente ação monitória contra a ré Valor Consultoria Imobiliária Ltda., pretendendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 11.750,00, representada pela declaração emitida pela ré reconhecendo o crédito relativo a comissões, digitalizada às folhas 10, sem eficácia de título executivo.

A ré opôs embargos monitórios de folhas 16/17, sustenta que não efetuou o pagamento do débito em decorrência de crise financeira. Requer que seja designada audiência conciliatória para solução da lide.

Impugnação de folhas 23/24 aos embargos monitórios.

Relatei. Decido.

Tratando-se de matéria de direito, o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, sendo impertinente a dilação probatória.

O autor instruiu a inicial com a declaração acostada às folhas 10, na qual a ré declarou que aquele tem a receber a importância de R\$ 11.750,00, a título de comissões **(confira folhas 10)**.

A ré alega não ter efetuado o pagamento do débito por estar enfrentando uma crise financeira.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, uma vez que a alegada crise financeira não é motivo para o não pagamento do crédito pertencente ao autor.

Diante do exposto, rejeito os embargos monitórios, com fulcro no artigo 702, § 8º, do Código de Processo Civil, e acolho o pedido inicial, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial representado pela declaração de crédito de comissões a receber digitalizada às folhas 10, no valor de R\$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais), corrigido monetariamente desde a data de sua emissão e acrescido de juros de mora a partir da citação, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a ré embargante no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Prossiga-se na forma prevista no Livro I, Título II, Capítulo III, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de outubro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**